



FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A

FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A

Avenida Tiradentes, n. 40, Sala 502, Centro, Erechim-RS CEP 99700-424

CNPJ: 39.738.065/0001-74

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2022

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração de Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Parecer dos Auditores Independentes.

Demonstrações divulgadas no site em 31/03/2023

<https://www.ffcredscd.com.br/site/politicas-cadastros-terminos>

A Diretoria da FFCred declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

Julio Cesar Dal Zott
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/O-3
Contador



FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A

TERMO DECLARATÓRIO

Eu, JULIO CESAR DAL ZOTT, brasileiro, casado pelo regime de Comunhão Parcial de Bens, administrador, nascido em 28/01/1977, inscrito no CPF sob o nº 918.191.210-20 e portador do documento de identidade 7052735045 SSP-PC-RS, residente e domiciliado na Rua Silveira Martins, n. 805, apto 402, Bairro Centro, Erechim, Rio Grande do Sul, CEP 99700-234, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Março de 2023

Julio Cesar Dal Zott
Diretor Responsável

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Interessados: A FFCred Sociedade de Crédito Direto S.A, em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2022. Pretendemos para o próximo exercício manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria

FFCRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A
CNPJ: 39.738.065/0001-74

Balço Patrimonial							
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
ATIVO				PASSIVO			
	Notas	31/12/2022	31/12/2021		Notas	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		5.298	4.362	CIRCULANTE		88	91
Disponibilidades		2.040	16	Outras obrigações	8	88	91
Disponibilidades	4	2.040	16	Cobrança e arrec. de tributos		7	16
				Sociais e estatutárias		0	0
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos		296	1.726	Fiscais e previdenciárias		22	15
Carteira Própria	5	296	1.726	Diversas		59	60
Operações de crédito	6	2.955	2.614	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9	6.253	4.292
Operações de crédito		3.035	2.633	Capital Social		7.000	5.000
(-)Provisões p/ operações de cred.liquid. Duv		(80)	(19)	Capital		5.000	1.500
				Aumento de Capital		2.000	3.500
Outros créditos		7	6	Lucros/(Prejuízos) acumulados		(747)	(708)
Diversos		7	6				
NÃO CIRCULANTE		1.043	21				
Operações de crédito	6	992	0				
Operações de crédito		1.019	0				
(-)Provisões p/ operações de cred.liquid. Duv		(27)	0				
Imobilizado		51	21				
Outras Imobilizações de Uso		61	22				
(-) Depreciações Acumuladas		(10)	(1)				
TOTAL DO ATIVO		6.341	4.383	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		6.341	4.383

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstração do Resultado				
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Notas	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Receitas da Intermediação Financeira		<u>747</u>	<u>1.175</u>	<u>467</u>
Operações de crédito	11	713	1.081	358
Resultado com operações títulos e valores mobiliários	12	34	94	109
Despesas da Intermediação Financeira		175	(87)	(21)
(Provisão) ou reversão para crédito de liquidação duvidosa		175	(87)	(21)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		<u>922</u>	<u>1.088</u>	<u>446</u>
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		<u>(650)</u>	<u>(1.117)</u>	<u>(1.119)</u>
Rendas de Tarifas Bancárias		21	87	23
Despesas de pessoal	13	(251)	(499)	(335)
Outras despesas administrativas	14	(289)	(541)	(769)
Despesas tributárias	15	(37)	(65)	(24)
Outras receitas (despesas)		(94)	(99)	(14)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		<u>272</u>	<u>(29)</u>	<u>(673)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	10	(10)	(10)	-
Provisão para imposto de renda		(6)	(6)	-
Provisão para contribuição social		(4)	(4)	-
Lucro (Prejuízo) Líquido		<u>262</u>	<u>(39)</u>	<u>(673)</u>
Lucro (Prejuízo) por ação		0,0524	(0,0078)	(0,1346)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente			
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	262	(39)	(673)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente do Período	262	(39)	(673)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido							
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
Saldos em 31 de Dezembro 2020	1.500	-	-	-	-	(35)	1.465
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
2 - Aumento de Capital	-	-	-	3.500	-	-	3.500
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	(673)	(673)
4 - Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
- Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Estatutárias	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Especiais de Lucro	-	-	-	-	-	-	-
5 - Pagamento ou Reversão de Dividendos/JCP	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2021	1.500	-	-	3.500	-	(708)	4.292
Mutações do Exercício	-	-	-	3.500	-	(673)	2.827

Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
Saldos em 31 de dezembro 2021	1.500	-	-	3.500	-	(708)	4.292
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
2 - Aumento de Capital	3.500	-	-	(1.500)	-	-	2.000
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	(39)	(39)
4 - Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
- Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Estatutárias	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Especiais de Lucro	-	-	-	-	-	-	-
5 - Pagamento ou Reversão de Dividendos/JCP	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2022	5.000	-	-	2.000	-	(747)	6.253
Mutações do Exercício	3.500	-	-	(1.500)	-	(39)	1.961

Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
Saldos em 30 de junho 2022	5.000	-	-	-	-	(1.009)	3.991
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
2 - Aumento de Capital	-	-	-	2.000	-	-	2.000
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	262	262
4 - Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
- Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Estatutárias	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendos/Juros Sobre o Capital	-	-	-	-	-	-	-
- Reservas Especiais de Lucro	-	-	-	-	-	-	-
5 - Pagamento ou Reversão de Dividendos/JCP	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2022	5.000	-	-	2.000	-	(747)	6.253
Mutações do Exercício	-	-	-	2.000	-	262	2.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)			
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	01/07 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2021
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais			
1.1 Lucro/Prejuízo do período	262	-39	-673
1.2 Ajustes por Depreciação	5	10	1
1.3 Ajustes por Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-175	87	19
2. Variação de Ativos e Obrigações	-68	5	-2.813
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	730	1.430	-246
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	-803	-1.421	-2.633
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	0	-1	-6
2.4 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros valores e bens	0	0	0
2.5 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	13	-2	72
2.7 Aumento (Redução) Diversos	(8)	(1)	0
3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais	24	63	-3.466
4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(13)	(39)	(22)
4.1 Aquisições Ativo Imobilizado	-13	-39	-22
5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento	2.000	2.000	3.500
5.1 Aumento de Capital	2.000	2.000	3.500
5.2 Dividendos pagos (JCP)	-	-	-
5.3 Depósitos	-	-	-
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa	2.011	2.024	12
7. Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício	29	16	4
8. Caixa e equivalente de caixa no final do semestre/exercício	2.040	2.040	16
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A**, instituição individual, constituída no dia 27 de maio de 2020, tem por objeto social realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, bem como a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros. Também constitui objeto desta Sociedade a emissão de moeda eletrônica e de instrumento de pagamento pós-pago, nos termos da regulamentação em vigor.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme estabelecido no artigo 42 da Resolução BCB nº 2 de 02/2020 que trata da divulgação das demonstrações financeiras, o balanço patrimonial do período corrente está sendo comparado com o balanço patrimonial do exercício imediatamente anterior. As demais demonstrações estão sendo comparadas com as relativas aos mesmos períodos do exercício social anterior para os quais foram apresentadas. A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em milhares de reais. A instituição avaliou os eventos subsequentes até o dia 15 de fevereiro de 2023, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre e exercício a instituição não apurou resultados não recorrentes.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Receitas e despesas: as receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa: inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: as aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment): de acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória à análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado,



o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.

e) Operações de Crédito: as operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “*pro rata*” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, a qual requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo “AA” risco mínimo e “H” risco máximo. Ainda devem ser considerados os períodos de atrasos definidos conforme Resolução nº 2.682/1999 do CMN, para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, como determinado no artigo 9º da Resolução nº 2.682/1999 do CMN (nota explicativa nº 5).

f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN e legislação complementar (nota explicativa nº 5).

g) Imobilizado de uso: é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

h) Outros valores e bens – Despesas antecipadas: os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.

i) Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias: as provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração

Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas de prestação de serviços, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor (Lei 10.637/2002 – art. 8º e Lei 10.833/2003 – art. 10º, inciso I). A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 4%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (Lei 9.701/1988- art. 1º, Lei 9.718/1988- art. 3º, §§ 4º a 9º). (Nota explicativa nº 5).

j) Imposto de Renda e Contribuição Social: foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

k) Utilização de Estimativas: para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

4. DISPONIBILIDADES

Os valores aplicados no em disponibilidades seguem a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
	2.040	16
Caixa	0	1
Depósitos Bancários em Instituição S/ Conta Reserva	40	15
Banco Central – Outras Reservas	2.000	0

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os valores aplicados no Sistema Financeiro em Títulos e Valores Mobiliários seguem a seguinte composição:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	296	1.726
Certificado de Depósito Bancário	296	1.726

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Abaixo a composição das operações de crédito.

	<u>31/12/2022</u>			<u>31/12/2021</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Longo Prazo</u>	<u>Total</u>
Empréstimos	2.933	931	3.864	2.633	-	2.633
Financiamentos	102	88	190	-	-	-
	<u>3.035</u>	<u>1.019</u>	<u>4.054</u>	<u>2.633</u>	<u>-</u>	<u>2.633</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	80	27	107	19	-	19
	<u>2.955</u>	<u>992</u>	<u>3.947</u>	<u>2.614</u>	<u>-</u>	<u>2.614</u>

Constituição para provisão para crédito de liquidação duvidosa por níveis de risco:

<u>Nível de risco</u>	<u>% de Provisionamento</u>	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
		<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>	<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>
A	0,50%	3.662	18	2.488	12
B	1,00%	208	2	35	-



C	3,00%	47	1	92	3
D	10,00%	25	3	8	1
E	30,00%	32	10	10	3
F	50,00%	13	7	-	-
G	70,00%	5	4	-	-
H	100,00%	62	62	-	-
		4.054	107	2.633	19

7. OBRIGAÇÕES POR EMPRESTIMO

A instituição não adquiriu nenhuma obrigação por empréstimos no decorrer do 2º semestre de 2022.

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Abaixo a composição das outras obrigações:

	31/12/2022	31/12/2021
Outras Obrigações	88	91
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	7	16
Sociais e estatutárias	-	-
Fiscais e previdenciárias	22	15
Diversas	59	60

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social no final do exercício de 2022 era de R\$ 5.000.000,00, divididos em 5.000.000 ações ordinárias.

Aumento de Capital

A instituição realizou no segundo semestre aumento de capital no valor de R\$ 2.000.000,00 que está em processo de autorização pelo Banco Central do Brasil.

Prejuízos Acumulados

A empresa totalizou R\$ 746.750,30 de prejuízo acumulado ao final do presente exercício.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

DISCRIMINAÇÃO	Expresso em Reais	
	31/12/2022	31/12/2021
Contas de Resultado Credoras	1.262.960,34	491.570,16
Contas de Resultado Devedoras	-1.291.400,77	-1.164.955,73
Lucro /prejuízo antes dos Ajustes	-28.440,43	-673.385,57
(+) Adições	87.083,48	21.380,43
(-) Exclusões	0	-1.814,13
Lucro Tributário Antes Comp. Prej. Exer. Anter.	58.643,05	-653.819,27
(-) Compensação Prejuízos Exerc. Anteriores	-17.592,92	-
Lucro Tributário Real	41.050,13	-653.819,27
Imposto de Renda – (15% + 10% adicional)	6.157,52	-
Contribuição Social- 9%	3.694,51	-

11. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	<u>01/07 a</u> <u>31/12/2022</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2022</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2021</u>
	<u>713</u>	<u>1.081</u>	<u>358</u>
Rendas de Empréstimos	696	1.016	358
Rendas de Financiamentos	17	65	-

12. RECEITA COM OPERAÇÕES TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>01/07 a</u> <u>31/12/2022</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2022</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2021</u>
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	34	94	109
Certificados de Depósitos Bancários	34	94	109

13. DESPESA DE PESSOAL

	<u>01/07 a</u> <u>31/12/2022</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2022</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2021</u>
Despesas de Pessoal	251	499	335
Honorários	36	72	11
Benefícios	28	51	50
Encargos Sociais	56	105	82
Proventos	131	250	192
Treinamento	-	21	-

14. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>01/07 a</u> <u>31/12/2022</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2022</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2021</u>
Despesas Administrativas	289	541	769
Água, energia e gás	2	5	1
Aluguéis	15	20	2
Processamento de dados	8	9	22
Materiais	2	5	9
Propaganda e Publicidade	3	3	102
Despesas do Sistema Financeiro	3	5	4
Despesas de Serviços de Terceiros	5	13	180
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	217	411	333
Outras Despesas Administrativas	34	70	116

**15. DESPESAS TRIBUTÁTIAS**

	<u>01/07 a</u> <u>31/12/202</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/202</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/202</u>
	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>1</u>
Despesas Tributárias	37	65	24
Tributos e Taxas Municipais	1	6	2
PIS/Cofins	36	59	22

16. GERENCIAMENTO DE RISCO**RISCO DE CRÉDITO**

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados;

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;



RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável;

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas; Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: <https://www.ffcrescd.com.br/site/ouvidoria>

17. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basiléia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basiléia Simplificado ficou em 180,83% ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no fim de dezembro de 2022 em R\$ 6.253.249,70.

18. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO 4966/2021

A Resolução CMN n° 4.966/2021, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1° de janeiro de 2025.

Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros conforme critérios relativos a modelos de negócios, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problema de crédito.



A Lei nº 14.467/2022 altera, a partir da sua vigência, o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL.

Tanto a Lei 14.467/2022 quanto a Resolução 4966/2021 entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação da Instituição.

O Plano de Implementação do referido normativo está segregado em três linhas principais: Constituição de fóruns e comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação foi definido tendo como premissa a divisão do trabalho conforme os tópicos a serem implementados, em atividades a serem cumpridas que vão desde o início de 2023 até o final de 2024, sendo que ainda depende de normas complementares a serem emitidas pelo BACEN para adoção de critérios e metodologias opcionais. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados mais adiante, após a definição completa do arcabouço regulatório por parte do Banco Central do Brasil.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 31/12/2022 foi autorizada pelos sócios da FFCRED, em 15 fevereiro 2023.

Julio Cesar Dal Zott
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/0-3
Contador



FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

DIRETORES E ACIONISTAS da

FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Erechim- RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FFCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., em 31 de dezembro de 2022, desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato

de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de março de 2023.

Vicente Michelin

CRC-RS 052.365/O-8

MICHELON Auditores e Consultores SS

CRC RS Nº 4.626